



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ELMA PEREIRA MANÉ

**OS NACIONALISTAS GUINEENSES NO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO E O
POSICIONAMENTO POLÍTICO DA ONU EM RELAÇÃO A DESCOLONIZAÇÃO
NA GUINÉ-BISSAU (1961-1974)**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

ELMA PEREIRA MANÉ

**OS NACIONALISTAS GUINEENSES NO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO E O
POSICIONAMENTO POLÍTICO DA ONU EM RELAÇÃO A DESCOLONIZAÇÃO
NA GUINÉ-BISSAU (1961-1974)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Claudia Cardoso Ferreira.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2017

ELMA PEREIRA MANÉ

**OS NACIONALISTAS GUINEENSES NO COMITÉ DE DESCOLONIZAÇÃO E O
POSICIONAMENTO POLÍTICO DA ONU EM RELAÇÃO A DESCOLONIZAÇÃO
NA GUINÉ-BISSAU (1961-1974)**

Trabalho de conclusão de curso de graduação apresentado à Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em: 01 de Agosto de 2017.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Basi'lele Malomalo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Fábio Baqueiro Figueiredo

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
1.1	APRESENTAÇÃO DO TEMA	5
1.2	A POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU	5
1.3	A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS	8
2	OBJETIVOS	11
2.1	OBJETIVO GERAL	11
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	11
3	JUSTIFICATIVA	12
4	DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA	12
5	METODOLOGIA	14
	REFERÊNCIAS	15

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO DO TEMA

O estudo que proponho neste projeto de pesquisa ambienta-se na história política contemporânea de Guiné-Bissau e tratará de os neonacionalistas guineenses no Comité de Descolonização e o posicionamento político da ONU em relação a descolonização da Guiné-Bissau¹ (1961-1974).

1.2 A POLÍTICA NA GUINÉ-BISSAU

SÁ (2016), apresenta diversos fracassos da política na Guiné-Bissau nas últimas décadas. “A necessidade de ultrapassar qualquer crise ou de resolver qualquer problema, ou seja, de cunho político ou econômico sempre foi comum no mundo, e para isso alguns países adotam medidas que são cabíveis e que não colocam em causa o bem comum” (SÁ, 2016, p. 1).

O autor nos mostra assim, que na Guiné-Bissau, sempre foi diferente de vários países começando pelo primeiro golpe de Estado que aconteceu em 1980 contra Luís Cabral, na época presidente da república. O golpe teve como autor então o Primeiro-Ministro João Bernardo Vieira (Nino) que alegava ter mais privilégios os cabo-verdianos no país. Alegava ainda que os insulares pouco lutaram pela sua independência. Nemésio de Sá ainda neste trabalho, aborda o conflito militar dos finais de 1998 e início de 1999 conhecido como 7 de junho, que foi aprova da cultura enganadora instaurada no país, seguida do golpe de 2003, no ano seguinte o assassinato do CEMGFA (Chefe de Estado Maior General das Forças Armadas) em 2004, a tentativa de golpe de 2008, que conseguiu se realizar no ano seguinte, com a morte do Presidente da República em 2009. E o último problema registrado em 12 de abril de 2012, golpe militar que impossibilitou a realização do segundo turno das eleições presidenciais segundo o autor. Em suma, como nos mostra Sá, podemos concluir que a política na Guiné-Bissau sempre foi um fracasso, ou seja, nenhum Presidente da República conseguiu terminar seu mandato no país. Até então com o novo Presidente da república José Mário Vaz (Jomav) eleito em 2014 que

¹A Guiné-Bissau é um país africano, situado na costa ocidental da África, de língua oficial portuguesa, cujo a capital Bissau, seu território abrange 36.125 quilômetros quadrados, limitado ao norte pela República do Senegal, a leste e a Sul pela Guiné Conakry, e a oeste pelo Oceano Atlântico. Com uma população total de 1.544.777, a moeda é o Franco CFA (INE, 2016).

já destituiu dois governos, o mesmo que aconteceu em 2005 depois de Nino ganhar as eleições, até então procura-se entender esses constantes conflitos políticos que abalam o país. Por outro lado, podemos perceber que os militares é que “decidem” o destino da Guiné-Bissau dando golpes, e elegendo o Presidente de suas escolhas. Os trabalhos de Sá também nos revelam que sempre teve o interesse pessoal, além do possível laço existente entre os políticos e os militares. Isso quer dizer que os políticos conseguem o poder através dos golpes militares.

A história da política na Guiné-Bissau enquanto um Estado-nacional com a guerra da luta de libertação. Houve a fase da pré revolta da guerra que teve início nos finais dos anos 50 com a oposição de vários movimentos nacionalistas sobre o poder colonial português e a disputa interna, bem como, para conseguir o apoio dos países vizinhos. Assim, seria o PAIGC (Partido africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde) a designar-se na luta de guerrilha, contraindo o papel principal do movimento nacionalista no país. Inicialmente o PAIGC procurou uma solução pacífica para o problema colonial, mas com o passar do tempo terminaria por passar à luta armada. Em 23 de janeiro de 1963 o PAIGC deu o início à guerra na Guiné-Bissau com o seu ataque no quartel de Tite pela madrugada. O ataque se realizou com 15 a 20 elementos do PAIGC provocando uma morte e dois feridos de tropas portuguesas. Os combatentes da guerrilha permaneceram durante meia hora no quartel sob fogo intenso, e no combate sofreram 3 mortes. O ataque assinalou o início da guerra na Guiné-Bissau, apesar da atividade subversiva do partido ter sido anterior a esta data. As forças portuguesas sofreram na mesma noite uma emboscada na região de Fulacunda na área de Buba, onde perderam mais dois soldados, quatro dias depois, a guerrilha fez um novo ataque na mesma região provocando duas mortes e quatro feridos nas tropas portuguesas. Desde então, foi crescendo sua ação no país, obrigando a tropa portuguesa a um grande esforço, e a uma ampliação obrigatória dos efetivos, posto que fossem incapazes de controlar a guerrilha (MATOS, 2015).

MATOS (2015), aponta que o conflito que obrigou o Amílcar Cabral, então líder do PAIGC, a providenciar a formação das tropas para a luta, foi o massacre de Pingiguiti que aconteceu em 3 de agosto de 1959. Na revolta dos marinheiros nativos do Cais de Pingiguiti, quando um grupo de grevistas no porto de Bissau entraram em confronto com a polícia de segurança pública (PSP), que abriram fogo contra os manifestantes. Acontecimento marcado como massacre de Pingiguiti, incidente analisado e considerado por Costa Gomes então tenente coronel da colônia portuguesa, como uma falta de preparação por parte dos agentes da PSP, ou seja, os grevistas tinham alguma razão no desencadeamento dos protestos, porém houve falha por falta de preparação desses agentes da PSP que resultou nesse incidente.

Esse incidente teve um importante efeito mobilizador para os nacionalistas guineenses, um sinal ameaçador para o governo europeu, principalmente com a introdução das ideias nacionalistas vindas de territórios vizinhos. O estudo de MATOS(2015) aponta que Costa Gomes analisou a evolução da situação interna do país e percebeu o perigo da desobediência por parte da população, o que seria uma ameaça para o governo local, e sugeriu um encadeamento de medidas de caráter militar e administrativo com intuito delimitar a subversão dos atores da ação, de acentuar que nas medidas do caráter administrativo pode-se perceber “um plano de ação profissional desenhado, que passa na melhoria dos serviços de saúde, educação dos nativos através das ações religiosas, fiscalização das grandes empresas comerciais, respeito no tratamento e pagamento dos empregados nativos, e ainda pela atenção e auscultação das populações, para saberem de suas absorvâncias e problemas” (MATOS, 2015, s/p)

A partir de julho de 1960, o partido de Cabral começou a difundir os panfletos de caráter político em várias regiões da Guiné convidando os guineenses a aderirem ao partido e a luta divulgações “pela liquidação imediata da dominação colonial portuguesa na Guiné e em Cabo Verde”, embora esteja radicado em Conakry. Cabral consegue montar, juntamente dos dirigentes que permanecem em Bissau, uma rede de células clandestinas em vários pontos da Guiné de forma a incrementar as atividades do partido. Além das cidades, o PAI atua também nas zonas rurais. Em outubro deste ano, o partido de Cabral faz publicar uma carta aberta dirigida ao governo português, propondo-lhe uma solução pacífica para o problema colonial da Guiné e Cabo Verde e em dezembro envia o seu primeiro memorando a ONU. No entanto, perante as recusas óbvias de Salazar, Cabral percebe rapidamente que a única forma de derrubar o poder colonial português seria enfrentá-lo com a luta armada. (MATOS, 2015, s/p.)

Como se pode perceber acima, o partido queria uma solução pacífica para a resolução do problema colonial, ou seja, o PAIGC junto dos outros partidos nacionalistas existentes na época, foram obrigados a lutar contra a colônia portuguesa para a independência da Guiné e Cabo-Verde.

A luta armada na Guiné-Bissau durou cerca de onze anos, teve início em 1963 e em 1973, a colônia portuguesa já estava enfraquecendo, pois as tropas portuguesas passavam por enormes dificuldades na integração no país, devido o próprio clima, a língua, água, como também nas desvantagens que tinham por não conhecerem os territórios em ação, ou seja, os combatentes do PAIGC conseguiram dominar a colônia aproveitando suas vantagens que tinham como nativos atacando fortemente a colônia portuguesa que no final acabavam por fugir dos seus acampamentos, entretanto, o partido já tinha dominado diversos territórios e praticamente a guerra já tinha concluído na altura, embora o Portugal só veio a reconhecer a

independência do país em 24 de setembro de 1974 e a ONU veio a oficializá-la em novembro do mesmo.

Apesar da independência, o país até então não se estabilizou, devido vários conflitos políticos que continuam na Guiné-Bissau, golpes militares, guerra civil, destituição do governo etc. O que obviamente impede o desenvolvimento e a estabilidade no país, como também o bem-estar da população.

1.3 A ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Organização das Nações Unidas (ONU) é uma organização que tem como objetivo facilitar a cooperação entre países sobre direitos internacionais, progressos sociais, direitos humanos, segurança internacional e realização da paz mundial. Em 24 de Outubro de 1945, após a Segunda Guerra Mundial, em São Francisco, nos Estados Unidos, foi fundada a ONU, que hoje conta com 193 países-membros, incluindo todos os Estados soberanos do mundo. Essa organização

foi fundada para substituir a Liga das Nações (1919-1946), com o objetivo não só de manter a paz, mas também de promover a paz e as cooperações internacionais ligados aos problemas sociais, econômicos e humanitárias. Sob a proteção do Departamento de Estado dos Estados Unidos, foram dados os primeiros passos exatos para uma nova organização mundial em 1939. No encontro intitulado Conferência de São Francisco, realizado nos dias 25 e 26 de abril de 1945, foi discutido a substituição da Liga das Nações por um organismo mais completo visto que os Estados Unidos nunca foram membros da Liga. A Conferência reuniu 51 governos e algumas organizações não governamentais que estavam envolvidas na elaboração da carta da ONU. Entretanto, no dia 24 de outubro de 1945, a Organização das Nações Unidas passou a existir oficialmente após a aprovação da carta pelos cinco membros permanentes de Conselho de Segurança (República da China, França, Reino Unido, Estados Unidos e União Soviética) e para maior parte dos demais 46 Países signatários (SILVA,2014, s/p) disponível em: (<http://www.estudopratico.com.br/onu/>). Acessado em: 08/07/2017.

A partir de uma análise dos objetivos da ONU, conforme MACQUEEN (2004), que concentra toda sua ótica nos diversos Estados africanos nos últimos quarenta anos, especialmente na divisão dos esforços de manutenção da paz da ONU. Constata-se que “desde 1960 que vinte operações diferentes da ONU foram implementadas em África, no interior das fronteiras ou entre dezessete Estados diferentes (ver o apêndice I). Alguns países, como

Angola², a Somália, a Serra Leoa ou a Libéria tem sido palco de operações sucessivas após a alteração de circunstâncias política ou militares locais (MACQUEEN, 2004, p.127).

O autor ainda evidencia que a presença das forças das Nações Unidas pode ter tido um papel de controle em algumas ocasiões, entretanto, a condenação dos fracassos da ONU em África é muitas vezes propositadamente ínvio, ou seja, depende da dinâmica local, se a dinâmica local for apropriada, a intervenção externa pode atuar com facilidade que foi no caso de Moçambique quando as circunstâncias políticas e militares não atingiram o estágio adequado à resolução do conflito, a capacidade dos agentes externos poderem fazer a diferença é severamente limitada. A principal lição a retirar da comparação sistemática entre as experiências de manutenção de paz em Moçambique e Angola. Em resumo, neste capítulo o autor relata de vários conflitos de diferentes países africanos e as intervenções da ONU mostrando assim que os serviços de manutenção de paz em África, é devido a cada problema particular que a ONU é chamada para intervir, por outro lado, as Nações Unidas claramente não são a única agência dedicada à segurança internacional e ao efetivo funcionamento do sistema internacional. Pois “de várias formas inclusive, parece ser até inapropriada para lidar com os problemas específicos de África. Não é uma organização local e pode assim faltar-lhe a sensibilidade política e cultural necessária para tratar de problemas especificamente africanos” (MACQUEEN, 2004, p.138).

Conforme ALMADA e SANTOS, a Organização das Nações unidas criou em 1961 o Comité Especial para implementação da declaração sobre a licença da independência aos países e povos coloniais, este, que ficou conhecido como Comité de Descolonização (CD), e tem como missão, assistir os povos sujeitos à dominação colonial a alcançarem a autodeterminação e independência, tendo como principal alvo as colônias portuguesas, adotando várias resoluções nas quais manifestava o apoio aos movimentos de libertação e condenava o colonialismo português. “ Uma dessas resoluções reconhecia que o uso da força era um meio legítimo para se alcançar a autodeterminação e a independência, o que acabaria por condicionar o relacionamento entre o comité e os movimentos de libertação” (ALMADA, Aurora; SANTOS, 2009, p. 1)

Os movimentos de libertação das colônias portuguesas manifestaram ao CD que tinham por objetivo alcançar a autodeterminação e a independência dos territórios.

²Angola também foi um dos países citados e, segundo o autor, a ONU não foi capaz de trazer paz a Angola, como também o envio de forças para Somália que pareceu não ter outro resultado além de agravação da crise. Em Moçambique a operação foi um exemplo de intervenção multilateral efetiva (MACQUEEN, 2004, p.138).

Contudo, não obstante esse objetivo comum, não havia consenso quanto a forma de o alcançar. Com efeito, apresentaram ao CD duas posições: uma defendia que era necessário utilizar a força para obrigar Portugal a reconhecer o direito à autodeterminação e à independência, enquanto que a outra era partidária da realização de negociações diplomáticas. Entre os partidários encontramos movimentos como Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC), a União Democrática Nacional de Moçambique, (UDENAMO), a frente de libertação de Moçambique (FRELIMO), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento para a Libertação de Angola (MPLA) e o comité de Libertação de São Tomé e Príncipe (CLSPT). (ALMADA, Aurora; SANTOS, 2009, p. 2)

Segundo os autores acima citados, pode se concluir que todos esses movimentos partidários tinham um interesse diplomático em comum, de conseguir à autodeterminação e independência para os seus países sem uma ação armada, porém suas negociações com o Governo português não tiveram sucesso, do contrário, obtiveram como resposta o aumento da depressão. De salientar que dentre todas essas divergências entre os movimentos partidários com a colônia portuguesa o CD decidiu privilegiar os movimentos de libertação que tinham desencadeado a luta armada.

Assim em 1971, decidiu associar os movimentos de libertação de forma mais estreita nos seus trabalhos, atribuindo-lhes o estatuto de observador que lhes permitia intervir nos debates, fazer propostas e opinar sobre os projetos de resolução. Mas, o estatuto somente foi atribuído a alguns dos movimentos que tinham desencadeado a luta armada e que tinham sido previamente reconhecidos pela OUA³, a saber o MPLA, a FNLA, o PAIGC e a FRELIMO”. No ano seguinte, o Comité deu mais um passo decisivo na legitimação dos movimentos que utilizavam os meios militares na luta pela autodeterminação e independência. Com efeito, respondendo a um convite do PAIGC, realizou ente 2 e 8 de abril de 1972 uma missão de visita à Guiné, mais concretamente aos territórios que o movimento afirma que já tinha sido libertar. No segmento dessa, o Comité concluiu que Portugal já não exercia qualquer controlo administrativo sobre importantes regiões do território e que, pelo contrário esse controlo era exercido pelo PAIGC, o que equivalia ao reconhecimento da existência de “áreas libertadas”. (ALMADA, Aurora; SANTOS, 2009, p. 5-6)

Nessa visita, como afirmam os autores, foi adotada a de 13 de abril em que o PAIGC foi reconhecido como o legítimo representante da Guiné e Cabo verde. “Esse reconhecimento decorreu o facto de o Comité ter considerado que a missão de visita tinha cumprido com êxito os seus objetivos, comprovando que o movimento controlava efetivamente as chamadas áreas libertadas” (ALMADA, Aurora; SANTOS, 2009, p. 6).

Depois dessa visita, o CD indicou que era preciso dar o apoio moral e material aos povos guineenses e cabo verdianos por mediação do PAIGC.

Em suma, foram relatados nesse texto de Almada e Santos, um pouco daquilo que foi ação diplomática da política das Organizações das Nações unidas na resolução do problema

³OUA- Organização de Unidade Africana

colonial com diversos movimentos partidários africanos que lutaram contra os portugueses afim de conseguirem a autodeterminação e a independência de seus povos, durante o Comité de descolonização criado pela própria organização através da Resolução 1654 (XVI) de 27 de novembro de 1961. De salientar que esses movimentos, tinham o apoio da maioria dos membros do CD que era composto sobre tudo por países afro-asiáticos⁴.

Apresentação da questão-problema:

Qual o posicionamento da ONU no tocante à descolonização da Guiné-Bissau no período de 1961 a 1974?

Qual é a ação e o apoio da ONU perante a petição dos nacionalistas guineenses concernente aos processos da descolonização?

2 OBJETIVOS

2.1 OBJETIVO GERAL

- . Investigar a entrada dos nacionalistas guineenses no Comité da Descolonização criada pela Organização das Nações Unidas e o seu posicionamento político sobre o problema colonial no período de 1961-1974, com vista a compreender e explicar as suas ações diplomáticas e políticas em relação à descolonização na Guiné-Bissau.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- . Pesquisar a entrada e relação que se estabeleceu entre os nacionalistas e a ONU no âmbito do Comité de Descolonização;
- . Compreender e descrever o posicionamento político da Organização da Nações das Unidas em relação a descolonização na Guiné-Bissau;
- . Revelar a atuação política da ONU nos conflitos nacionais no continente africano, a partir da experiência de Guiné-Bissau.

⁴“Foram esses países que viabilizaram a resolução de 10 de junho de 1965, que foi aprovada com 18 votos a favor, 2 contra (EUA e Reino unido), e 3 abstenções (Austrália, Dinamarca e Itália). Por outro lado, esse reconhecimento da legitimidade da luta dos movimentos de libertação das colónias portuguesas foi ao encontro do desejo particular de alguns membros, como a União da Repúblicas Socialistas Soviéticas que sempre exigiu ao Comité a adopção de medidas energéticas de apoio aos movimentos de libertação das colónias portuguesas” (ALMADA, Aurora; SANTOS, 2009, p. 8).

3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho tem algumas relevâncias que serão descritas abaixo:

Relevância social- pretende-se estudar esse assunto porque não são assuntos tratados na academia, são histórias menos conhecidas pelos próprios guineenses que apesar das ajudas dadas pelas Nações Unidas, não têm informações a respeito. Fazer uma análise geral sobre as problemáticas trabalhadas durante a pesquisa e focar na resolução desses problemas na política guineense, e principalmente sobre o desprendimento do principal papel da ONU no País, devido os problemas políticos que atrapalham o desenvolvimento socioeconômico na Guiné-Bissau.

Relevância pessoal- tenho interesse nessa área de pesquisa pois a minha segunda formação acadêmica, é Relações Internacionais, pretendo continuar com o tema durante meu percurso acadêmico, uma vez que, o meu intuito é de futuramente trabalhar em algum órgão de relações exteriores, seja dentro ou fora do meu país.

Relevância acadêmica: acredito que refletir sobre o problema do envolvimento da ONU no conflito armado que culminou na Guerra de Independência de Guiné-Bissau ajuda no conhecimento da história política e diplomática do próprio país, bem como, pode contribuir com reflexões no campo do poder das nações.

4 DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

José Matos no texto “Início da Guerra na Guiné” (2014) narra os acontecimentos que marcaram a história da luta de libertação no país. O estudo faz um levantamento de tudo aquilo que foi a luta armada através de pesquisas e entrevistas com algumas tropas portuguesas e antigos combatentes guineenses. Explica-se o que era a colônia portuguesa no país e o surgimento de vários movimentos nacionalistas que, por fim, entraram na luta contra a colônia portuguesa para a libertação da Guiné e das ilhas de Cabo Verde. Convém lembrar que segundo MATOS (2015) dentre vários movimentos nacionalistas criados na época o PAIGC foi o partido mais forte e destaca do na época. O autor relatou com mais detalhe sobre a luta armada na Guiné-Bissau, porém, no que se refere a resposta do memorando dirigido a ONU no ano de 1960, o que seria útil para minha pesquisa, ele não desenvolveu o assunto pode se concluir que não existem pesquisas que se debruçaram em entender a ação política da ONU no início do conflito. Por outro lado, foi explorado artigo de Fernando Cavalcante (2013), sobre a Abordagem da ONU à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau, neste, o autor não focou muito

na luta de libertação, mas sim naquilo que foram os conflitos políticos pós-independência, tentando incorporar com o processo da consolidação da paz das Nações Unidas no país, como também as profundas marcas coloniais deixadas nas estruturas econômicas, políticas, sociais e nas infraestruturas do país, “de como esses conflitos vão dificultando a estabilidade do guineense, além de impedir com que a ONU cumpra com o seu papel no processo da consolidação da Paz” (CAVALCANTE, 2013s/p). Este trabalho por uma parte vai ajudar no meu trabalho pois relata sobre vários problemas políticos, e o conceito diplomático da própria Nações Unidas no Processo da consolidação da paz liberal no país, embora não tenha trabalhado com mais detalhes sobre a luta contra a colônia portuguesa, porém devo considerar que o autor trabalhou sobre o processo da ONU na Guiné-Bissau de uma forma satisfatória para o desenvolvimento da minha pesquisa.

Um dos textos trabalhados, que vai ajudar a melhorar o desenvolvimento dessa pesquisa é o texto de ALMADA E SANTOS, que trata do Comité de Descolonização criado pela Organização das Nações unidas que tem como missão implementar a declaração sobre a concessão da independência aos países e povos coloniais, adotado em 1961, neste, esses autores explicam as tentativas das ações diplomáticas desenvolvidas pelos movimentos partidários para com a colônia portuguesa em seus países e a política desenvolvida pela ONU no apoio a esses movimentos. Um trabalho que vai ajudar no embasamento de outros textos trabalhados neste projeto mostrando assim, o auxílio dado a esses movimentos por parte do CD que conta com a viabilização da resolução de 10 de junho de 1965, com aprovação de 18 votos a favor, 2 contra, e 3 abstenções.

No artigo de CAVALCANTI a autora faz uma visão crítica sobre a diferença que a mídia faz entre os países, comparando assim os conflitos políticos que ambos países apresentam, porém, uns que são esquecidos e outros sendo “discriminados” pelo mesmo acontecimento, neste artigo, ela mostra claramente sua intenção na verificação de algumas semelhanças que o Haiti tem com a Guiné-Bissau, na política, nos assassinatos dos políticos e golpes militares etc... “Há também o fato de que atua como rota de tráfico de drogas da América Latina em direção à Europa. O assassinato do Presidente João Bernardo "Nino" Vieira, no início de 2009, pode ter gerado repercussão, mas em pouco tempo o Estado foi esquecido novamente”(CAVALCANTE, 2010, pg.1,2) Com certeza este artigo não me deixou esquecer do mais importante assunto discutido no mundo todo, a mídia sobre todos os conflitos de diferentes países que do mesmo jeito diferente, são diferenciados, inferiorizando uns, e realçando outros, como também em diversos conflitos políticos vividos em vários outros países que ninguém nota quando se trata de um país mais desenvolvido que o outro.

5 METODOLOGIA

A proposta desse projeto é de uma pesquisa qualitativa de análise bibliográfica e documental. A partir da leitura dos textos relacionados ao tema e ao problema pretendo debater com alguns autores e autoras especialmente sobre o conflito de 1963 e da não intervenção da ONU na luta de libertação de Guiné-Bissau. A preocupação será em ver nesses textos já publicados a origem do conflito, as providências tomadas pelos movimentos nacionalistas para lidarem com a situação, como a ONU lidou com a situação. Já na análise documental foram feitas várias pesquisas em busca das documentações, enviando mensagens ao escritório da ONU e ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas (INEP) Guiné-Bissau através de suas páginas no Facebook, mas infelizmente não houve retorno por parte da INEP, por outro lado, teve resposta por parte do Escritório das Nações Unidas, porém, não forneceram nenhum material solicitado ainda. Assim, ao continuar a pesquisa na terminalidade buscarei contato com as instituições bem como, continuarei o trabalho de levantamento bibliográfico me aprofundando no tema que será melhor explorado no curso de Relações Internacionais.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Aurora; SANTOS. O Comité de Descolonização da Organização das Nações Unidas e a Legitimação da Luta Armada nas Colónias Portuguesas: 1965-1974. Comunicação da ANPUH-XXV Simpósio Nacional de História-Fortaleza, 2009. P.1-8

ALVES DE SÁ, Nemésio. Democracia na Guiné-Bissau: Análise Do Fracasso Presidencial. TCC-2016. p.1

CAMPOS BRETZ CAVALCANTI, Isabella. A Intervenção em Conflitos Internos em Aspectos Jurídicos e Políticos: Haiti e Guiné-Bissau. Belo Horizonte-2010 CAVALCANTE, Fernando. Os Reflexos da Paz Liberal na Abordagem das Nações Unidas à Consolidação da Paz na Guiné-Bissau. Revista Crítica de Ciências Sociais. Nº 102/2013. Sp.

MACQUEEN, Norrie. A Intervenção Das Nações Unidas e a Crise do Estado Africano. Capítulo do Livro. Missões de Paz da ONU-dezembro-2004. p. 127-139

MATOS, José. Início da Guerra na Guiné (1961-1964). Revista Militar Nº 2566-Novembro-2015

SILVA, Débora. A Organização das Nações Unidas. Disponível em: (<http://www.estudopratico.com.br/onu/>). Agosto-2014, acessado em 08/07/2017

Sites pesquisados

<https://rccs.revues.org/5434#tocto1n3> <https://www.revistamilitar.pt/artigo/1066>

<http://www.stat-guinebissau.com/https://rccs.revues.org/44>

https://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/files/Doc_trabalho/70.pdf

<http://www.estudopratico.com.br/onu/>

http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r4/RI4_NM.pdf

https://unibhri.files.wordpress.com/2010/12/isabella-cavalcanti-a-intervenc3a7c3a3o-em-conflitos-internos-em-aspectos-jurc3addicos-e-polc3adticos_-haiti-e-guinc3a9-bissau.pdf